



NOTA PÚBLICA

A Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Estado do Amazonas – **APIAM**, organização representativa que atua na promoção e defesa dos direitos indígenas, no fortalecimento das organizações de base e na autonomia do bem viver, vem a público manifestar profunda consternação e indignação diante do assassinato de duas crianças indígenas, de 2 e 5 anos, ocorrido na comunidade Boa Vista, povo Sateré-Mawé, no município de Barreirinha (AM), às margens do rio Andirá, no dia 9 de outubro de 2025.

O crime cometido expõe a gravidade do cenário de insegurança pública que atinge as comunidades indígenas do médio e baixo Amazonas. Essa realidade é agravada pela entrada descontrolada de bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes nas comunidades, impulsionada pelo avanço do narcotráfico e pela ausência de ações preventivas por parte do Estado. Esse processo tem provocado a desestruturação das relações comunitárias e familiares, intensificando conflitos internos e ampliando o risco de violência, especialmente contra crianças e adolescentes.

De acordo com informações de uma organização indígena local, o histórico de conflitos familiares na comunidade Boa Vista já havia sido denunciado diversas vezes às autoridades competentes, incluindo órgãos de segurança e de assistência à infância e juventude. As famílias haviam solicitado proteção, sem que medidas efetivas fossem adotadas. Essa omissão evidencia o fracasso do sistema de proteção e a negligência estatal frente à vulnerabilidade das comunidades indígenas, que seguem sendo deixadas à própria sorte, sem acompanhamento ou políticas efetivas.

Ancorada em seu compromisso de contribuir para a efetivação dos direitos dos povos indígenas no Amazonas, principalmente por meio da articulação política e proposição de políticas públicas junto ao Poder Público, a **APIAM** denuncia o problema estrutural do Estado brasileiro na proteção da vida indígena e exige **ações imediatas e coordenadas** por parte da **Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas**; da **Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas**; da **Polícia Federal**; da **FUNAI**; do **Ministério Público Federal** e dos **Conselhos Tutelares**, para garantir a segurança da comunidade Boa Vista e das demais comunidades Sateré-Mawé da região do rio Andirá.



É urgente o controle da entrada e circulação de bebidas alcoólicas e entorpecentes nas comunidades, o fortalecimento das políticas de prevenção e segurança comunitária e a responsabilização dos agentes públicos que receberam as denúncias anteriores sem providências. Também é imprescindível o atendimento psicossocial e a proteção integral das famílias atingidas, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a criação de planos de segurança territorial construídos em diálogo com as organizações indígenas locais.

A **APIAM** reafirma que a violência que atinge as comunidades indígenas não é um fato isolado, mas expressão de um contexto estrutural de abandono, racismo institucional e penetração de dinâmicas criminosas nos territórios tradicionais. O Brasil não pode continuar a se omitir de seu dever constitucional de garantir a proteção integral das crianças e dos povos indígenas.

Esta manifestação se ampara em marcos jurídicos nacionais e internacionais que asseguram os direitos das crianças e dos povos indígenas, entre eles a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) e a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência. Todos esses instrumentos impõem ao Estado o dever inegociável de prevenir violações, proteger as vítimas e responsabilizar autores e omissos diante da violência.

A Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Estado do Amazonas – **APIAM** manifesta solidariedade às famílias atingidas e ao povo Sateré-Mawé, reafirmando seu pacto com a defesa da vida, da dignidade e dos direitos dos povos indígenas do estado do Amazonas. A memória das crianças assassinadas deve impulsionar a ação imediata das autoridades e o engajamento coletivo por um Amazonas onde as vidas indígenas sejam protegidas, respeitadas e valorizadas.

Manaus (AM), 20 de outubro de 2025.

Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Estado do Amazonas – APIAM